



ESCOLA PÚBLICA E PANDEMIA: DESAFIOS DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE NÍVEL SOCIOECONÔMICO BAIXO

Gabriele Peluso Dantas

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB (Brasil)

Endereço eletrônico: 201720270@uesb.edu.br

Zizelda Lima Fernandes

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB (Brasil)

Endereço eletrônico: zizelda.fernandes@uesb.edu.br

1299

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa que trata da relação entre alunos da escola pública e a pandemia do Covid-19 e tem por objetivo discutir sobre o processo de inclusão ou não inclusão de alunos e alunas de nível socioeconômico baixo na escola pública no decorrer da pandemia.

A pergunta que norteou este estudo refere-se aos efeitos da pandemia na educação de crianças e jovens da escola pública brasileira de nível socioeconômico baixo. Para tal, traçamos como objetivos específicos: conceituar e refletir sobre a educação inclusiva e os desafios em tempos de pandemia; verificar, por meio de documentos oficiais, diretrizes para orientar a escola de educação básica no decorrer da pandemia; apontar as principais dificuldades de acesso e efetivação das aulas remotas na perspectiva da escola pública cujos alunos são economicamente vulneráveis; mapear estudos produzidos nos últimos dois anos acerca do acesso e da permanência de crianças e jovens no contexto escolar no decorrer da pandemia; definir e analisar categorias de estudo que contemplem o objetivo central do estudo.

Em meio à pandemia que nos assolou no início do ano de 2020 tivemos que tomar algumas medidas de prevenção contra o vírus como o distanciamento social que obrigou a suspensão das aulas presenciais nas escolas da rede pública e privada de ensino por tempo indeterminado. Frente a tal situação, fez-se necessário uma medida emergencial para dar continuidade às aulas - Ensino Remoto Emergencial – adaptado e amplamente utilizado nos últimos dois anos, pode ser definido como “uma solução temporária e estratégica que permitirá, no contexto da Pandemia de Covid-19 – proporcionar à comunidade acadêmica a possibilidade de manter, dentro das circunstâncias possíveis, as atividades de ensino” (CIPEAD, 2020).



Neste cenário, eu, discente do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) deparei com situação de vulnerabilidade social, visto que, não tinha as condições para dar continuidade às aulas. Enfrentei dificuldades no acesso à plataforma Google Meet para assistir às aulas e para realizar as atividades propostas pelos professores e muitas outras provocadas pela falta de alcance aos recursos digitais. Tive uma melhoria no acesso somente quando obtive a concessão do auxílio¹ de inclusão digital promovido pela UESB.

Assim como eu passei pela situação de vulnerabilidade social, milhares de estudantes da rede pública de ensino também enfrentaram o fenômeno chamado desigualdade digital. É dentro desse contexto que se origina e se justifica este estudo.

1300

METODOLOGIA: CAMINHO DA PESQUISA

Adotamos como procedimento para o desenvolvimento do trabalho, a pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo uma vez que a mesma responde a questões muito particulares. “A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações” (MINAYO, 2002, p. 22). Logo, melhor se adequa à realidade que será discutida e refletida por se tratar de questões de uma determinada realidade social permeada por historicidade e sujeitos sociais atuantes na sociedade. Em se tratando da pesquisa bibliográfica, Gil (2002, p.44) esclarece que “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Esta pesquisa se baseia, principalmente, na seleção, na leitura e na análise de artigos científicos que dialogam com o tema adotado. Utilizamos ainda, breves análises no campo documental - Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE)/CP N° 5/2020, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) Constituição Federativa do Brasil de 1988.

Para fazer o levantamento dos dados utilizamos a base de artigos científicos disponíveis na Biblioteca Eletrônica Científica (SciELO.br) e no Google Acadêmico, com o filtro para as publicações brasileiras realizadas nos últimos dois anos que foram: “pandemia e ensino remoto” e “Educação e desigualdade”. Dessa forma, foi feita uma seleção a partir dos artigos encontrados por meio da leitura do título, resumo e palavras-chave, foram escolhidos 10 artigos que melhor dialogavam com o objeto de estudo.

¹ A fim de garantir aos estudantes de baixa renda condição de acesso à internet e às tecnologias digitais para realização das atividades pedagógicas do ensino remoto emergencial (ERE).



A partir desse momento criamos quatro categorias temáticas para fins de análise e interpretação dos dados levantados, que são: 1. Educação e desigualdades sociais; 2. Capital instrutivo familiar 3. Implicações pedagógicas no ensino; 4. Implicações pedagógicas na aprendizagem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação inclusiva, parte de premissas básicas, dentre elas: “toda pessoa tem direito à educação”; “a educação inclusiva diz respeito a todos”. Para Mittler (2003, p. 236), a inclusão diz respeito a todos e envolve uma organização e mudança de cultura da escola para assegurar o acesso e participação de todos os alunos”. O processo de inclusão educacional é necessário para a promoção de uma educação justa, igualitária e equitativa, sendo devidamente amparada e assegurada por leis, decretos e portarias nacionais e internacionais, por isso, o conceito de educação inclusiva deve transcender as letras e se efetivar na prática.

Partindo dos princípios presentes na Constituição de 1988, a LDB 9394/96, dispõe no 4º artigo que o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia dos “padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem” (LDB, 1996). Assim, o direito à qualidade e às condições de acesso e permanência assegurados por lei na atual LDB e na Constituição de 1988, precisam ser efetivados na prática em todas as escolas estaduais e municipais do país.

Tendo em vista o presente contexto pandêmico e a necessidade de dar continuidade às aulas, adotou-se o sistema de aula desenvolvido de forma remota. Coube ao Conselho Nacional de Educação deliberar orientações para nortear a continuidade do ano letivo. Assim, foi emitido o parecer CNE/CP nº 5/2020 que dispõe sobre a reorganização do calendário escolar e a possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da Covid-19, homologado no dia 28 de abril de 2020. Em síntese, o parecer CNE/CP nº 5/2020 legaliza que o cômputo da carga horária mínima anual seja realizado de forma remota mediante as condições de cada Estado, Município e Distrito, sendo as orientações para a realização das atividades não presenciais consideradas apenas sugestões. Portanto, indica que cada sistema deve encontrar a melhor solução para seu



caso em particular ao mesmo tempo em que reforça o disposto na lei, decretos e normas existentes e realça que padrões de qualidade devem ser mantidos.

Frente ao exposto, percebe-se o reconhecimento da legislação geral e no parecer analisado a educação como um direito e a preocupação em assegurar uma educação de qualidade mesmo em tempos de crise. Porém, devemos reconhecer que apesar da intencionalidade dos documentos oficiais na garantia desses direitos é preciso efetivá-las na prática, investindo, fiscalizando e colaborando para que tudo isso não passe de “letra morta”.

A partir da leitura e análise dos artigos selecionados chegamos a quatro categorias temáticas que serviram de base para a organização e análise dos dados que, por sua vez, impulsionaram de forma significativa o desenvolvimento da pesquisa. Vejamos a seguir:

Categorias temáticas

Educação e desigualdades sociais	Além das desigualdades pré existentes, as desigualdades educacionais agravam, ainda mais, com o novo modelo de ensino (Ensino Remoto). Este, exige condições adequadas como internet de qualidade e equipamentos digitais que permitem o acesso às aulas e materiais para prosseguir com os estudos. Logo, a pandemia realça outro tipo de desigualdade que, até então, não tinha grande visibilidade: a desigualdade digital.
Capital instrutivo familiar	Muitos estudantes, filhos de família carentes economicamente, não tiveram condições adequadas para assistirem as aulas remotas, nem tiveram uma mediação. Logo, revelou disparidades sociais e, ao lado disso, a escassez de um capital instrutivo familiar. Ou seja, a pandemia escancarou as desigualdades educacionais e evidencia os baixos níveis de educação formal dos pais, o que não somente respinga, mas bate fortemente em perdas educacionais para os filhos.
Implicações pedagógicas no ensino	Nota-se que além dos alunos, os professores também passaram por momentos adversos no enfrentamento dessa nova modalidade, seja por falta de uma formação continuada adequada às novas tecnologias, a falta de escuta em situações que é o seu lugar de fala, a precarização do trabalho docente causando a exaustão e o limite de sua capacidade humana. Tais fatos serviram mais uma vez, para a reflexão das condições do trabalho docente e os rumos que a educação brasileira tem tomado.
Implicações pedagógicas na aprendizagem	Considerando a evasão escolar forçada de muitos estudantes por não terem condições de acesso às aulas ou por apenas fazerem atividades impressas em suas casas sem terem os conhecimentos prévios dos conteúdos, já é possível mensurar a defasagem na aprendizagem e a distorção idade-série que infelizmente haverá no retorno das aulas presenciais. Fato este que engrossará a fila da exclusão escolar e das desigualdades educacionais e criará um abismo ainda maior entre os alunos de escolas públicas de nível socioeconômico baixo e a possibilidade de uma educação emancipadora do sujeito.

CONCLUSÕES

As literaturas selecionadas sobre a temática em estudo revelam que o contexto de pandemia descortinou uma situação de desigualdade que já existia e realçou outros desdobramentos desiguais, como as desigualdades educacionais e digitais que ocasionaram a exclusão educacional de milhares de estudantes. Nesse momento, ganha



maior notoriedade a precariedade das condições de sobrevivência das famílias economicamente mais vulneráveis e as dificuldades de acesso e permanência dos alunos oriundos de escola pública por falta de equipamentos digitais adequados, internet de qualidade e ausência de familiares ou responsáveis que pudessem mediar a situação de ensino-aprendizagem em casa, devido a rotina familiar e/ou a falta de escolaridade para orientá-los. Em síntese, os estudos nos levam a concluir que entre os efeitos da pandemia na educação de crianças e jovens da escola pública de nível socioeconômico se sobressaem: a evasão escolar, o aumento da distorção idade-série e a defasagem na aprendizagem.

Assim, ficam evidenciadas as fragilidades educacionais e a necessidade de um olhar mais atento para as questões de democratização, igualdade e acesso. Por isso, se torna imprescindível repensar os rumos da educação brasileira para que seja um direito de todos, como deve ser.

PALAVRAS-CHAVE: Pandemia. Aulas remotas. Desigualdades Sociais. Escola Pública.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério da Educação. Parecer CNE/CP Nº: 5/2020.** Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2020.

_____. Presidência da República. Lei Nº 9.394 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília: Casa Civil, 1996.

_____. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 2010.

ERE, Ensino Remoto Emergencial. **CIPEAD - Coordenadoria de Integração de Políticas de Educação a Distância.** Disponível em: <<http://www.cipead.ufpr.br/portall/index.php/cipead/periodo-especial-ufpr/ere-ensino-remoto-emergencial/>> Acesso em: 19 de julho de 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MINAYO, M. C. de L. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** p. 22. Petrópolis: Vozes, 2001.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais** /Peter Mittler; Trad. Windyza Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artimed, 2003.